

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DO NACIONAL AO MUNDIAL: O RECONHECIMENTO DAS FORTALEZAS CATARINENSES

Fábio Andreas Richter

Fundação Catarinense de Cultura

fabiorichter@gmail.com

O patrimônio cultural é a consagração dada a determinados elementos materiais, ou mesmo processos, sobre os quais seria atribuído um importante significado, ou mesmo valor, socialmente compartilhado, o que tornaria tal patrimônio digno de ser mantido.

O ato de reconhecimento de um patrimônio envolve o que Llorenç Prats (2000) denomina de ativar um repertório patrimonial, processo no qual são escolhidos e apresentados referentes, articulados por um discurso que será avaliado pela autoridade, ou “sacralidade”, percebida nos referentes utilizados, além dos significados neles identificados e do contexto onde são aplicados. A esse processo, elaborado por indivíduos concretos a serviço mais ou menos consciente de ideias, valores e interesses, a sociedade, por sua vez, pode aderir e/ou, com ele consentir, mas também a ele pode se opor e renegar, concordar com uma representação, uma imagem, um discurso, sempre em grau variável e segundo os indivíduos envolvidos. Mas não é a sociedade diretamente que ativa os repertórios patrimoniais: quem faz isso são os poderes constituídos, o poder político fundamentalmente dos governos locais, regionais ou nacionais (PRATS, 2000).

Por outro lado, a ativação patrimonial também pode se valer de escalas muito maiores de reconhecimento, como a que é proporcionada no âmbito do patrimônio mundial, a partir da chancela dada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O reconhecimento patrimonial, no Brasil, é um ato sobre o qual foi estabelecido todo um arcabouço legal e institucional que remonta a década de 1930. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Lei de tombamentos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

foram centrais nesse momento inicial e refletiram todo um conjunto de concepções sobre como deveria ocorrer o reconhecimento patrimonial naquele momento, além de suas motivações.

Por sua vez, atribuir um título patrimonial, conferindo a um determinado bem reconhecimento e proteção, é um ato praticado pela instância governamental no território do estado de Santa Catarina desde a década de 1930. As primeiras ações desenvolvidas nesta década em território catarinense se deram por meio do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e se referenciaram a um patrimônio que naquele momento era tido como emblemático para o conjunto dos brasileiros. Como resultado desse processo, o SPHAN tombou em 1938 um conjunto de quatro fortalezas coloniais (BRASIL, 2016) construídas pelos portugueses no século XVIII na Ilha de Santa Catarina e seu entorno.

Para identificar e subsidiar os processos de reconhecimento, o SPHAN contou com colaboradores nas diversas regiões brasileiras, intelectuais ou mesmo funcionários públicos de diversas áreas, sendo no caso das fortalezas catarinenses identificada a atuação do historiador paranaense David Carneiro (GONÇALVES, 2016). Muito provavelmente ele teria contado com outros colaboradores na região de SC, como o historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral.

Foi no contexto dos primeiros tombamentos realizados em 1938 pelo SPHAN, que tiveram início em Santa Catarina as atividades do órgão, estando dessa forma também ligadas à situação política do chamado Estado Novo (1937-45). Naquele momento, foi estabelecida pelo regime uma relação com a intelectualidade que deu suporte a suas ações, principalmente os arquitetos modernistas¹ sob a tutela do ministro Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde (MES). Foram ações que se guiaram por uma concepção de patrimônio como monumento, pautado pela arquitetura colonial do Brasil dos séculos XVII e XVIII (LONDRES, 2001), cuja materialidade era tida como tributária da

¹ Faziam parte dos quadros iniciais do SPHAN os arquitetos Lúcio Costa, Alcides Rocha Miranda, Renato Soeiro, Paulo Thedim Barreto, Carlos Leão, Ayrton Carvalho, Edgard Jacintho, José de Souza Reis, Lucas Meyerhofer, Sílvio de Vasconcelos e Luiz Saia (NASCIMENTO, 2015)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

influência do homem branco português, tendo ela preponderado sobre a de africanos e indígenas².

O ambiente político autoritário e centralizador, somado à ausência de iniciativas preservacionistas anteriores que envolvessem a ação governamental estadual, como as verificadas nos estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928) (RUBINO, 1991; CANTARELI, 2014), os quais chegaram a criar inspetorias de monumentos históricos, contribuiu para o protagonismo do órgão federal nas ações iniciais de reconhecimento e chancela de patrimônios em Santa Catarina. A influência da perspectiva dos modernistas nesse processo ficou evidente com o tombamento das fortalezas localizadas na Ilha de Santa Catarina, as quais se enquadravam no espaço temporal do século XVIII colonial brasileiro, além de serem elementos da presença estatal na região.

Já o processo de preservação das duas fortalezas teve suas vicissitudes, tendo ambas passado por períodos de completo abandono. Santa Cruz teve suas instalações sob a responsabilidade direta de efetivos das forças armadas brasileiras até aproximadamente o final da década de 1950, quando foi abandonada. Ela somente passou a sofrer intervenções de consolidação e restauro patrimonial a partir do início da década de 1970, as quais se incrementaram ao longo das décadas seguintes.

Por sua vez, Santo Antônio teve seu último uso militar durante a revolta Federalista e da Armada (1893-94), quando foi ocupada pelos rebeldes, sendo depois progressivamente abandonada, estando em ruínas quando de seu tombamento em 1938 e completamente abandonada posteriormente. Iniciativas de limpeza da vegetação que cobria a fortaleza ocorreram durante a década de 1960, coordenadas pelo professor e historiador Walter Piazza e realizadas por presidiários. Um mutirão de limpeza da vegetação também foi realizado por voluntários de diversos segmentos da sociedade local, entre setembro de 1982 e setembro de 1983. Iniciativas de consolidação das ruínas,

² Márcia Chuva (2012) assinala a influência da teoria das três raças formadoras da sociedade brasileira, apresentada aos servidores do SPHAN por Afonso Arinos de Melo Franco através de um curso de formação à civilização material brasileira.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com recursos doados e angariados junto a diferentes instituições públicas e privadas, ocorreram nos anos de 1986 e 1988.

De grande importância ao processo de preservação das fortalezas foi o fato da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ter assumido sua gestão, trazendo continuidade aos cuidados de seus espaços, além de ações de restauração e usufruto social das mesmas, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Santa Cruz já vinha passando por intervenções, pontuais, de consolidação e restauro patrocinadas pelo IPHAN desde o início dos anos 1970. Em 1979 a UFSC assumiu a guarda e manutenção da Fortaleza, abrindo ela a visitação pública em 1984, sendo que por ela já chegou a passar um público superior a 100 mil visitantes anuais.

Uma importante iniciativa para a preservação das fortalezas foi o “Projeto Fortalezas da Ilha de SC – 250 anos na História Brasileira”, realizado entre 1988 e 1990, com recursos da Fundação Banco do Brasil que permitiu grandes intervenções nas estruturas físicas e paisagismo das duas fortalezas, seus entornos e também na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, situada na própria Ilha de SC. A UFSC também assumiu em 1990 o gerenciamento e a manutenção da Fortaleza de Santo Antônio, abrindo ela a visitação pública.

Essa foi a perspectiva de reconhecimento e preservação das Fortalezas que paulatinamente se desdobrou desde seu reconhecimento em 1938, em nível nacional, até a metade da segunda década do século XXI.

Dentre as quatro fortalezas reconhecidas em 1938³, duas seriam revisitadas a partir do ano de 2015 com vistas a um novo processo de reconhecimento, mas de escala mundial. Esse fato abriu a possibilidade de uma análise frente ao processo de reconhecimento anterior e ao processo de conservação que veio se desenvolvendo por mais de 80 anos. As reflexões envolvem situar tais iniciativas no quadro maior e interconectado do patrimônio tanto naquele momento inicial do passado quanto no atual. São reflexões que demandaram buscar os fundamentos conceituais, objetivos, propostas, estratégias e agentes envolvidos tanto no passado, quanto no presente. Procuraram

³ Foram reconhecidas em 1938 as Fortalezas de: São José, na Ilha de Santa Catarina; Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim; Santo Antônio na Ilha de Ratonés Grande e; Santana na Ilha de Santa Catarina.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

identificar mudanças e permanências nos 2 processos de reconhecimento e preservação patrimonial e assim compreender as conexões estabelecidas entre diferentes áreas de atuação institucional e social, bem como de construção do conhecimento que intervém e proporciona o reconhecimento e a sustentação de determinados bens como patrimônios culturais para determinadas coletividades.

O processo de busca pelo reconhecimento mundial iniciou quando, durante o ano de 2015, Santa Cruz e Santo Antônio entraram, junto com um conjunto de outras fortalezas brasileiras, para uma lista de 10 bens culturais brasileiros encaminhados pelo governo federal à UNESCO como candidatos ao reconhecimento patrimonial pela entidade. Para a UNESCO essa lista deve conter bens que reflitam a riqueza e diversidade cultural e natural existente no território dos países, de forma a contribuir para a compreensão do processo civilizatório da Humanidade.

A lista brasileira enviada à UNESCO contém os seguintes bens candidatados ao reconhecimento como patrimônios culturais mundiais (estados brasileiros onde se localizam os bens):

- **Conjunto de Fortificações Brasileiras (AP, BA, MS, RJ, RO, PE, RN, SC e SP)**
- Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá (CE)
- Geoglifos do Acre (AC)
- Igreja e Mosteiro de São Bento (RJ)
- Itacoatiaras do Rio Ingá (PB)
- Palácio da Cultura – Antiga sede do Ministério de Educação e Saúde (RJ)
- Sítio Roberto Burle Marx (RJ)
- Teatros da Amazônia (AM/PA)
- Vila Ferroviária de Paranapiacaba (SP)
- Ver-o-Peso (PA)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por outro lado, esse novo processo de reconhecimento também se distingue por se caracterizar como uma candidatura seriada, algo igualmente novo para as práticas patrimoniais brasileiras, principalmente as que envolvem bens edificados. Desta forma as duas fortalezas situadas em SC foram ligadas a 17 outras espalhadas pelo território brasileiro para juntas comporem a candidatura apresentada.

As fortalezas que compõem a lista são:

- São José – Macapá (AP)
- Santa Cruz da Barra – Niterói (RJ)
- São João – Rio de Janeiro (RJ)
- Santa Cruz de Anhatomirim – Governador Celso Ramos (SC)
- Santo Antônio de Ratonés – Florianópolis (SC)
- Santo Amaro da Barra Grande – Guarujá (SP)

Os fortes que compõem a lista são:

- Santo Antônio da Barra – Salvador (BA)
- São Diogo – Salvador (BA)
- São Marcelo – Salvador (BA)
- Santa Maria – Salvador (BA)
- Nossa Sra. De Mont Serrat – Salvador (BA)
- Coimbra – Corumbá (MS)
- Santa Catarina – Cabedelo (PB)
- Santa Cruz (Forte Orange) – Itamaracá (PE)
- São João Batista do Brum – Recife (PE)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- São Tiago das Cinco Pontas – Recife (PE)
- Reis Magos – Natal (RN)
- Príncipe da Beira – Costa Marques (RO)
- São João – Bertioga (SP)

O argumento central desta candidatura é o de que tais fortalezas são estruturas defensivas construídas em pontos no território que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais do Brasil. O historiador Adler Homero, Doutor em História pela UFRJ, especialista na história das fortalezas brasileiras e também servidor do IPHAN, ao ser entrevistado sobre o reconhecimento dessas fortificações argumentou

o que nós estamos pretendendo mostrar é que o Brasil é resultado de uma proposta colonial única, que é diferente do que fizeram os hispânicos, diferente do que fizeram os ingleses, diferente do que fizeram os franceses nas suas colônias, ou seja, é um processo de formação territorial que é a partir dos próprios colonos, a ideia é de que o Brasil foi formado por brasileiros e não por ordens vindas da Europa. (IAREK, 2020)

Ficou clara dessa forma a permanência de um nexos argumentativo e causal, para justificar o reconhecimento a partir de uma ideia de criação de um estado nacional, o brasileiro. A relação com o contexto mundial se justificaria em grande parte pela amplitude do território criado, bem como as experiências e as configurações sociais, econômicas e ambientais que nele foram constituídas, sendo isso apresentado como algo de valor universal e excepcional, perspectiva que guia o reconhecimento de um patrimônio mundial pela UNESCO.

Algo que também é significativo neste processo considerando a perspectiva nacionalista, diz respeito ao momento em que se espera, ou esperava, o julgamento da candidatura e sua eventual aprovação, o qual ocorreria no ano de 2022, bicentenário da independência brasileira. Esse momento para a efetivação da análise da candidatura e sua eventual aprovação, também sugere uma estratégia dos atores, ou operadores, do campo do patrimônio no Brasil, a qual envolve temas e momentos celebrativos como forma de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

potencializar a efetivação de determinados processos de reconhecimento e posterior salvaguarda. O fato de as fortalezas também serem bens de origem militar é outro componente a auxiliar nesse processo dada a conjuntura política pela qual o Brasil vem passando, em especial a partir do ano de 2016, a qual lançou os militares como protagonistas da cena política e institucional brasileira.

Uma outra particularidade desse novo processo tem relação com as condicionantes estabelecidas pela UNESCO para que o reconhecimento ocorra em nível mundial. Um elemento importante é a demonstração de que o bem reconhecido deverá ter seu valor universal excepcional sustentado pelos requerentes por meio de processos contínuos de proteção, conservação e gestão.

Essa perspectiva que liga o reconhecimento a necessidade da apresentação de um claro e efetivo processo de proteção, conservação e gestão levou a coordenação da candidatura no Brasil, a cargo do IPHAN, a procurar estabelecer comitês técnicos nos estados onde se localizam as fortalezas que compõem a candidatura seriada. Tais comitês tem em um primeiro momento a atribuição de elaborar os dossiês técnicos necessários a candidatura de cada uma das fortalezas. Em um segundo momento, caso ocorra o reconhecimento, se espera a formação de um comitê gestor que proporcione a sustentabilidade da existência e fruição social dos bens reconhecidos.

O Comitê técnico das Fortalezas situadas em SC foi formalizado através da portaria nº364 de 04/09/2018⁴, sendo suas atribuições iniciais:

- I - estabelecer os conceitos e as diretrizes técnicas que nortearão a elaboração do dossiê técnico de candidatura;
- II - acompanhar o trabalho dos especialistas das diversas disciplinas que colaborarão na elaboração do dossiê técnico de candidatura;
- III - estabelecer os parâmetros que definem o componente do bem seriado, como sua caracterização, delimitação, descrição, defesa dos valores universais excepcionais, e sua gestão;

⁴ **Comitê Técnico Estadual Santa Catarina – Candidatura Fortalezas a Patrimônio Mundial.** IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5741>.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- IV - produzir as consultas necessárias aos setores correspondentes, com vistas à obtenção das informações pertinentes para a caracterização, delimitação, explicitação e defesa dos valores universais excepcionais do componente do bem seriado no âmbito da candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade;
- V- outras atividades condizentes à consecução dos objetivos desse Comitê Técnico com foco na Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés e na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

Ao invés de o comitê ser composto somente pelas instituições diretamente responsáveis pelas fortalezas até então, a UFSC e o IPHAN, ele acabou sendo constituído por um grupo muito maior:

- I - instituições federais:
 - IPHAN/SC (Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – Superintendência em Santa Catarina);
 - UFSC (Universidade Federal de Catarina);
 - SPU (Secretaria do Patrimônio da União);
 - ICM-Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade); e
 - Capitania dos Portos de Santa Catarina – Marinha do Brasil.
- II - instituições representantes do governo do estado de Santa Catarina:
 - FCC (Fundação Catarinense de Cultura); e
 - SANTUR (Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina).
- III - instituições representantes dos municípios:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- SEPHAN/IPUF/PMF (Serviço de Patrimônio Histórico do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, ligados à Prefeitura Municipal de Florianópolis);
 - FCFFC (Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes);
 - Secretaria de Turismo de Florianópolis;
 - Secretaria de Mobilidade de Florianópolis; e
 - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
- IV - instituições representantes de segmentos da sociedade civil organizada:
- ACCR (Associação Catarinense de Restauradores e Conservadores de Bens Culturais);
 - Floripa Convention&Visitors Bureau (Florianópolis e Região Convention&Visitors Bureau);
 - ACATMAR (Associação Náutica Brasileira);
 - ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis); e
 - SEBRAE/SC (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

A amplitude de instituições participantes do comitê e o fato de serem incluídas entidades da sociedade civil organizada (embora na maioria representantes de segmentos econômicos ou de fomento econômico) foi outra singularidade desse processo de reconhecimento e uma distinção do processo que vinha sendo desenvolvido desde 1938, o qual tinha como atores centrais entidades do governo federal como a SPHAN, posteriormente IPHAN e nas últimas décadas a UFSC.

O Comitê trabalhou, a partir de 2018 e ao longo do ano de 2019, na formação de seus integrantes para cumprirem as condicionantes do processo estabelecido pela UNESCO, mas também articulou a elaboração de documentos técnicos e planejou a realização de inventários participativos envolvendo as comunidades dos entornos das fortalezas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As reuniões do Comitê Técnico resultaram em diversos debates sobre formas de promover a sustentabilidade das Fortalezas. Foram discussões que inclusive cogitaram mudanças na forma de governança das mesmas, onde a UFSC cederia a gestão dos espaços para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Também está sendo debatida a possibilidade do desenvolvimento de novos atrativos em seus espaços, tanto na área de gastronomia quanto de eventos (shows, celebrações, congressos, etc) e hospedagem. A sustentabilidade econômica foi o argumento central destes debates, onde os defensores dessa abordagem confrontaram a situação de aparente “penúria” em que se encontrariam as fortalezas em virtude da falta de recursos dos seus órgãos governamentais mantenedores (UFSC e IPHAN). Embora a UFSC tenha sido categórica em se manifestar por se manter como gestora das fortalezas, a sustentabilidade econômica, e conseqüentemente as formas de se obter essa situação e administrar os recursos ainda são objeto de intensos debates. É possível verificar claramente nesses debates uma abordagem que já não pensa mais as fortalezas primeiramente como um bem simbólico, identitário da nação brasileira e por isso passível de sustentação prioritária pelos recursos do Estado, mas de um bem sujeito às leis da oferta e da procura por atrações geradas a qualquer momento pelo mercado consumidor de entretenimentos e conseqüentemente de seus operadores.

Não foi possível proceder uma análise exaustiva de ambos os processos de patrimonialização, ou ativação patrimonial, e seus desdobramentos, aos quais as fortalezas foram submetidas, o efetivado em 1938 e que é encaminhado para 2022, ainda há questões em aberto, em especial quanto a atuação dos principais agentes envolvidos e também pelo fato de ser um processo ainda em pleno andamento.

Mas ambos os processos revelam a permanência de argumentos relacionados ao estabelecimento de um determinado estado nação, o brasileiro, para sustenta-los, embora com diferente matizes e direcionamentos de valor. O primeiro reconhecimento de 1938 se sustentava nas concepções Estado-novistas de país, de identidade e unidade nacional. Já o segundo reconhecimento, que se daria em 2022, busca relacionar a formação territorial nacional proporcionada pelo conjunto de fortalezas e conseqüentemente o que existe e se desenvolveu nesse espaço, o Brasil, como uma contribuição de excepcional

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

valor ao processo civilizatório da humanidade, um universal, uma ponte do nacional ao mundial.

Por outro lado, o processo de reconhecimento mundial também revelou o envolvimento de novos atores com demandas que extrapolam as concepções do patrimônio como bem simbólico da nacionalidade. Esses atores buscam inseri-lo em uma dinâmica cujo eixo é o seu consumo dentro de uma ótica que extrapola a centralidade de seu valor histórico, que as tem como espaço que proporcionaria atrativos de gastronomia, equipamentos de aventura (tiroleza, arvorismo, etc), eventos e hospedagem envoltos subsidiariamente por uma aura de origem histórica daqueles espaços.

Também foi uma marca da busca pelo reconhecimento mundial o uso de órgãos colegiados interinstitucionais, com profissionais de múltiplas áreas do conhecimento (arquitetura, história, biologia, administração, turismo, pedagogia) e com a participação de forma assertiva do empresariado local, algo que abre a possibilidade de novas dinâmicas de apropriação das fortalezas as quais certamente fomentarão mudanças na sua fruição pela sociedade.

Uma análise comparativa entre os dois processos de reconhecimento, o de 1938 e o que se processa para 2022, revela permanências relacionadas em grande parte ao próprio desenvolvimento institucionalizado que os proporcionaram. Todavia, deixa claro que esses processos passam por adaptações e sujeições a diferentes conjunturas sociais, políticas e às movimentações dos atores que desenvolveram esses processos. Esse quadro deixa claro o quanto o Patrimônio cultural se configura, conforme indica José Reginaldo Gonçalves (2007), em um elemento repleto de interfaces com distintos segmentos da ação social e seus personagens, sendo dessa forma um importante tema de atenções da História como campo do conhecimento humano.

REFERÊNCIAS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALTHOFF, Fátima Regina. Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGAU0006-D.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento. [2016]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualiza_da_11_05_2016.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. 2007. III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade:** inspetoria de monumentos de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2014.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2edj. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília/

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DF, n. 34, p.147-165, 2012. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Carlos (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.56-76.

O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4 ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor:** patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí/SC: Casa Aberta Editora, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. [Coleção Museu Memória e Cidadania]. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf . Acesso em 27/03/2019.

IAREK, Eduardo. Fortalezas de Santa Catarina: a construção de um patrimônio para a humanidade. TCC (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Jornalismo. Entrevista disponível em vídeo em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218736> acesso em 03/07/2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a história social. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.) **Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.85-101.

NASCIMENTO, Flavia Brito do. Arquitetos Modernistas. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

PRATS, Llorenç. El Concepto de patrimonio cultural. **Cuadernos de Antropología Social**. nº11, Buenos Aires, 2000, p.115- 136. Disponível em <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4709/4206> . Acesso 13/02/2019.

_____ **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

RUBINO, Silvana. As Fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991.206 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Campinas/SP, 1991.